



1  
2  
3 **ATA DO PLENO ORDINÁRIO DO CMAS, REALIZADO EM 27 DE MAIO DE 2015**

4 Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e quinze, às quatorze horas e dez  
5 minutos, na Sala de Reuniões do Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Social e  
6 Direitos Humanos –SDSDH – localizada na sede da Prefeitura do Recife – sexto andar,  
7 teve início a reunião ordinária do CMAS, sob a coordenação da Presidente Ana Maria de  
8 Farias Lira, com a seguinte pauta: 1. Leitura e aprovação da ata da reunião plenária do dia  
9 18/03/2015; 2. Apresentação da retificação da prestação de contas do MDS-2012; 3.  
10 Apresentação da prestação de contas MDS-2015; 4. Apresentação da prestação de contas  
11 FAF-1º quadrimestre 2015; 5. Apresentação dos demonstrativos IGD-SUAS e IGD-PBF; 6.  
12 Informes: - Comissão Eleitoral; - Comissão Conferência; - Comissão de Normas; 7. Informes  
13 gerais. Estiveram presentes os/as seguintes Conselheiros/as: Morgana Montenegro  
14 Maranhão - Secretaria de Saúde; Amanda de Queiroz Arcanjo - Secretaria da Mulher;  
15 Gabriella Ferreira – Secretaria de Segurança Urbana; Ubirajara Alves - Associação dos  
16 Moradores do Porto da Madeira; Jaciara Santos Arruda – Centro Brasileiro da Criança e do  
17 Adolescente - Casa de Passagem Ana Vasconcelos; Elzanira da Silva - Centro de Ensino  
18 Popular e Assistência Social do Recife Santa Paula Frassinetti; Ubirajara Alves de Lima-  
19 Associação de Moradores do Porto da Madeira ; Maria Liuzza de Oliveira Diniz- Grupo do  
20 Idosos da UR-2 - Centro de Convivência Amiga Lurdinha; Maria Luiza de Oliveira Diniz -  
21 Grupo de Idosos da UR-2 - Centro de Convivência Amiga Lurdinha; Maria José Mendes -  
22 FCD; Elzanira da Silva - CEPAS; Maria de Fátima Menezes da Silva – SOAPI, conforme  
23 frequência anexa. A Presidente Ana Farias iniciou a reunião saudando a todos, justificando  
24 o atraso de dez minutos, em função de suas outras obrigações. Em seguida a Presidente  
25 Ana Farias iniciou com o primeiro ponto de pauta pondo em votação a Ata do Pleno  
26 ocorrido no dia dezessete de março de dois mil e quinze, lembrando que não houve  
27 Plenária no mês de abril. Ato contínuo a Presidente Ana Farias facultou a palavra para  
28 considerações e possíveis ressalvas das(os) presentes em relação à Ata anterior para  
29 aprovação da mesma. Nesse sentido a Conselheira Fátima Menezes e a Conselheira Jara  
30 Lins indicaram que teriam observações. Nesse sentido a Conselheira Jara Lins fez  
31 referência à presença da sua suplente, Socorro Sarmiento no Pleno anterior, e que não foi  
32 feito o registro porque a mesma não assinou a ata de frequência. A Conselheira Fátima  
33 Menezes destacou os seguintes itens: A Presidente Ana Farias sumariou a citada reunião,  
34 na qual, além da prestação de contas do ano findo foi comemorado ao final da reunião o  
35 aniversário da Presidente Ana Farias. Em seguida a Presidente Ana Farias reiterou a  
36 oportunidade para quem esteve presente e leu a Ata anterior, referente à reunião do mês  
37 de dezembro. Nada havendo nada a ser considerado a Presidente Ana Farias declarou  
38 aprovada a referida Ata. Dando seguimento foi apresentado próximo ponto de pauta que é:  
39 **2. Apresentação do CNEAS (Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social) -**  
40 **Programa Aprimora Rede** – esse Programa será apresentado pela Srª Rosângela Fontes,  
41 Gestora da Unidade de Vigilância Socioassistencial - GGSUAS – a Presidente Ana Farias  
42 esclareceu que se trata de uma pesquisa enviada pelo CNAS, e explicou ainda, qual tem  
43 sido a dinâmica dentro da Secretaria - **SDSDH** e do próprio CMAS para atender a demanda  
44 para consecução desse cadastro. Rosângela iniciou sua apresentação referindo a  
45 existência de cento e setenta e sete instituições inscritas, e todas terão sido visitadas ao  
46 final da pesquisa. Trata-se, no momento, de um balanço do andamento desse trabalho.  
47 Seguindo sua apresentação Rosângela destacou que muitos já conhecem esse cadastro o  
48 qual também foi realizado no exercício dois mil e doze/dois mil e treze e foram os dados



49 coletados na referida pesquisa que subsidiaram a atual. Para esta apresentação foram  
50 distribuídas cópias da Normativa para conhecimento de todas(os). Ainda segundo a  
51 apresentadora, foi estipulado inicialmente o período de junho de dois mil e catorze até  
52 dezembro de dois mil e catorze para execução desse cadastro, no entanto, nem todos os  
53 municípios conseguiram cumprir esse prazo, sendo assim, foi mudado o prazo de janeiro  
54 até junho de dois mil e quinze, assim, o Recife também passou a adotar esse período,  
55 embora estivesse preparado para cumprir o prazo anterior. São destacadas as Leis e  
56 competências a serem consideradas e seguidas na execução do cadastro, de modo que  
57 permita uma compreensão maior do que está sendo apresentado. Continuando, Rosângela  
58 explicou que o cadastro é um instrumento eletrônico de gestão, de monitoramento das  
59 ofertas prestadas pelas entidades. É um cadastro extenso, detalhando todos os dados  
60 relativos à entidade, assim como de todos que trabalham na entidade, as ofertas de  
61 serviço, de modo que é um trabalho bastante complexo de ser lançado no sistema. Esse  
62 cadastro é compartilhado entre os entes federados e está previsto na LOAS. Após o  
63 cadastro têm sido trazidas para o CMAS demandas referentes a necessidade de  
64 adequação ou mesmo irregularidades para que se procedam visitas e posteriores ajustes.  
65 A gerente do GGSUAS Margarida Soares pediu um aparte para explicar que, como não  
66 houve uma capacitação para este cadastro providenciada pelo MDS, foram sendo feitas  
67 consultas à medida que as dúvidas iam surgindo. Dentre outros ganhos esperados com a  
68 efetivação deste cadastro, espera-se qualificar as inscrições, certificação e monitoramento  
69 das entidades inscritas no CMAS. Outro ganho importante é a possibilidade de serem  
70 acompanhadas e atualizadas as informações e atividades das entidades cadastradas,  
71 inclusive detalhando, de acordo com a Tipificação, se é proteção básica, média ou alta  
72 complexidade. Segundo a Sr<sup>a</sup> Rosângela, este cadastro poderá subsidiar as ações dos  
73 conselheiros, por conseguinte, o controle social. Para este trabalho está previsto o  
74 município receber uma verba, no valor de R\$ 2.000,00(dois mil reais), por entidade, a qual  
75 deve ser empregada para a contratação de técnicos e todos os demais custos para  
76 realização da pesquisa. Esta verba só será repassada quando for concluído o cadastro. A  
77 secretaria contratou sete técnicos, a maioria Assistentes Sociais, os quais realizaram uma  
78 primeira abordagem, num prazo de três meses, distribuídas por RPA. Finalizada esta  
79 primeira etapa, ficou apenas uma pessoa, que é Marcos Mucarbel, o qual vem fazendo  
80 uma revisão de todos os cadastros, visitando aquelas entidades cujos dados ficaram  
81 incompletos ou nos quais se identificou alguma inconsistência. Ao final, somente as  
82 entidades que tiverem o cadastro eletronicamente válido e com efeito de cadastro  
83 eletronicamente concluído serão mantidas habilitadas para efeito de cofinanciamento do  
84 município. Na sequência a Sr<sup>a</sup> Rosângela apresentou, para visualização de todos(as) o  
85 cadastro, explicando que com este instrumento a própria gestão e técnicos podem acessar  
86 e alimentar as informações através de uma senha. Nesse sentido é destacado que o  
87 cadastro ora apresentado é dividido em seções, devendo a primeira a ser preenchida pelo  
88 gestor, a segunda diz respeito às entidades. A Conselheira Fátima pediu uma intervenção  
89 para perguntar se as perguntas poderiam ser feitas durante a apresentação ou se anotava.  
90 Ficou estabelecido que seriam anotadas as questões para serem apresentadas ao final da  
91 explanação. Continuando a expositora informou que a terceira parte do cadastro se refere a  
92 parcerias e, por fim, existe também uma seção referente a entidades conveniadas. Dando  
93 seguimento foi destacado que existe todo um protocolo a ser seguido para preenchimento  
94 do cadastro. Esse preenchimento é feito mediante visitas às entidades, agendadas  
95 previamente. A Sr<sup>a</sup> Rosângela atestou ainda que houve grande dificuldade na elaboração  
96 do cadastro, inclusive em função da negativa de responsáveis por entidades em fornecer



97 informações exigidas no cadastro. Em razão deste cadastro foram identificadas diversas  
98 entidades com perfil de saúde ou de educação, as quais, não mais manterão seus registros  
99 no CMAS. Ao final de todo este trabalho será apresentado um relatório completo ao  
100 Conselho. A Presidente Ana Farias agradeceu e elogiou a apresentação feita pela Sr<sup>a</sup>  
101 Rosângela, e em seguida facultou a palavra para possíveis questionamentos. A  
102 Conselheira Fátima iniciou sua fala referindo o trabalho muito bem feito, pelo fato de ser tão  
103 minucioso, destacando o procedimento do técnico, psicólogo Marcos Mucarbel. O  
104 questionamento da Conselheira Fátima Menezes re refere à possibilidade de ser orientada  
105 a entidade para possíveis adequações antes de ser enviado o resultado ao CMAS, porque,  
106 segundo a mesma conselheira, nunca viu a Secretaria chamar entidades para orientar.  
107 Nesse sentido a Presidente Ana Farias esclarece que este é o procedimento. A  
108 Conselheira Fátima Menezes ainda traz a indagação sobre a quem cabe homologar a  
109 inscrição das entidades, se a Secretaria ou o CMAS. Por fim, a mesma conselheira  
110 menciona a informação trazida nesta apresentação, segundo a qual, se prevê incentivo à  
111 qualificação profissional. A referida conselheira questiona se há previsão para isto.  
112 Respondendo os questionamentos da conselheira Fátima Menezes, a Sr<sup>a</sup> Rosângela  
113 explicou que o envolvimento do CMAS se dá para esclarecimentos que se fizeram  
114 necessários ao longo da pesquisa para facilitar o acesso e a confirmação das informações,  
115 tudo dentro do previsto em lei. Outras questões foram levantadas e dirimidas pela  
116 apresentadora. A Presidente Ana Farias complementou que a Comissão de Normas foi  
117 notificada pela equipe responsável pelo cadastro que algumas entidades apresentavam  
118 dificuldades em cumprir as exigências para manutenção como inscritas no CMAS. Nesse  
119 sentido os dirigentes foram chamados, e um prazo foi dado para adequação. A Presidente  
120 Ana Farias destaca, em nível de esclarecimento ainda que o que se está buscando é  
121 aprimorar o serviço, ressaltando de que é preciso sair desse lugar de perseguição a  
122 entidades pequenas privadas. Este é precisamente o nome do programa, Aprimora SUAS,  
123 que tem por objetivo ensinar que as entidades que fazem parte da rede, tanto privadas  
124 como públicas, sejam promotoras de ações socioassistenciais, ou seja, se busca dar um  
125 salto qualitativo nas ações. Com estes comentários a Presidente Ana Farias encerrou a  
126 apresentação, agradecendo a participação da colega Rosângela. Ato contínuo, a mesma  
127 passou o 4º ponto de pauta que é Apresentação da proposta de divulgação do Cad'Único;  
128 Apresentação do Demonstrativo Sintético-Financeiro Fundo a Fundo (FAF-PE) relativo ao  
129 3º Quadrimestre de 2014 para aprovação e referendo da resolução nº 001/2015; a  
130 Presidente Ana Farias explica que se pretende massificar o conhecimento, para além da  
131 existência do bolsa-família, e do Cadastro Único, dos quais se tem conhecimento  
132 superficial. Dada a palavra, Cristina Lima, Gerente da Proteção Social Básica a qual  
133 também iniciou sua fala ressaltando a importância dessa apresentação, destacando que o  
134 Recife tem cerca de duzentos e trinta mil famílias cadastradas, das quais, mais de cento e  
135 vinte mil recebem benefício. A mesma fez menção à revista Coquetel da Ediouro, que vem  
136 servindo de veículo de divulgação de Programas Sociais. Considerando essa divulgação  
137 importante e criativa foi pensado, em nível local, como trazer as informações necessárias  
138 de forma criativa, chegando-se no primeiro momento a uma cartilha que ainda está sendo  
139 formatada, mas foi trazida a parte que já está pronta e foi apresentada no Datashow para  
140 visualização de todos(as). Seguindo o detalhamento de todo o conteúdo proposto que  
141 seguirá a proposta do repasse das informações através de jogos, tal como a revista  
142 coquetel, com tiragem prevista de quinze mil exemplares. O orçamento deste  
143 empreendimento está em quarenta e dois mil, cento e cinquenta reais, a ser retirado do  
144 FPS. Cada revista terá vinte páginas, frente e verso. Facultada a palavra para possíveis



145 esclarecimentos ou contribuições, a conselheira Fátima Menezes sugeriu que fosse  
146 incluída na revista a abrangência de cada CRAS, justificando que, para realização do  
147 cadastro, quando se gera o NIS, o usuário precisa saber corretamente a qual unidade se  
148 dirigir. a conselheira Fátima Menezes ainda fez menção elogiosa à equipe do CRAS Dois  
149 Irmãos, destacando a atuação das servidoras Gisele e Cláudia pela presteza no  
150 atendimento a idosos do Centro de Atendimento Lar do Bem Te Vi, para preenchimento  
151 das informações, em virtude das mudanças de exigências para cadastramento. Retomando  
152 a palavra a Sr<sup>a</sup> Cristina Lima ratificou a importância do conhecimento e repasse adequado  
153 das informações concernentes a estes direitos. A finalidade desta apresentação é dar  
154 conhecimento e receber contribuições afetas ao controle social. A Presidente Ana  
155 Farias fez uma intervenção, destacando, de um lado, o alcance desta publicação e de  
156 outro, o papel que o CMAS tem exercido no controle social do Programa Bolsa-família  
157 na cidade do Recife, dentro do seu planejamento estratégico, razão pela qual  
158 compareceram a este Pleno, representantes destes segmentos que apresentarem uma  
159 prestação de contas. A Sr<sup>a</sup> Cristina Lima renovou convite para que todos(as) visitem o  
160 novo Posto de atendimento do Programa Bolsa-família, sito à Rua do Imperador, o qual  
161 possui capacidade para atendimento de mais de quinhentas pessoas por dia e tem  
162 dado vazão a toda procura neste Posto, lembrando que, a cada dois anos e/ou sempre  
163 que ocorrer mudanças nos dados registrados, se faz necessária a atualização do  
164 cadastro. Ressalta ainda que nos CRAS o cadastramento se dá mediante agendamento  
165 enquanto o Posto atende a toda a demanda. A Presidente Ana Farias finalizou esta  
166 tratativa submetendo aos(as) Conselheiro(as) a aprovação da Cartilha apresentada, que  
167 foi aprovada por unanimidade com a sugestão da abrangência dos CRAS, apresentada  
168 pela conselheira Fátima Menezes. Ficou estabelecido que será baixada Resolução  
169 formalizando a Cartilha. Dando seguimento a Presidente Ana Farias passou ao ponto  
170 de pauta número 5. Apresentação do Demonstrativo Sintético-Financeiro Fundo a  
171 Fundo (FAF-PE) relativo ao 3º Quadrimestre de 2014 para aprovação e referendo da  
172 resolução nº 001/2015; a Presidente Ana Farias mencionou que este demonstrativo foi  
173 aprovado **Ad Referendum** no período de recesso, dado o prazo, até trinta de janeiro de  
174 dois mil e quinze. O demonstrativo foi apresentado pela técnica Ester, representante da  
175 Secretaria de Finanças. A Presidente Ana Farias trouxe, nesse ínterim, a informação de  
176 que a nova Secretária Nacional de Assistência Social é a Sr<sup>a</sup> Iêda Nobre da qual a  
177 Presidente Ana Farias destaca o fato de ser nordestina, que, portanto, entende das  
178 nossas questões, além de ser competente, que já foi Presidente do Colegiado Nacional.  
179 Iniciada a apresentação, a gerente da GGSUAS Margarida Soares fez um aparte para  
180 esclarecer que consta do relatório doze CRAS, porém, de fato, só existem nove,  
181 explicando, dentre outros motivos, a falta de pessoal, necessariamente concursado,  
182 assim como outros desdobramentos. Desse modo, a referida gerente ressalta que em  
183 vista do exposto aparecerá uma diferença também de valores mais adiante que  
184 corresponde à redução de doze para nove CRAS. Outro item, que diz respeito a  
185 atendimento de adolescentes e jovens em situação de risco, mas que se encontra em  
186 processo de concorrência de edital, o segundo lançado, e por enquanto, não houve  
187 ainda seleção de entidade. A Presidente Ana Farias chama a atenção de que o saldo  
188 existente não volta para o estado. O saldo permanece para ser reaplicado nos mesmos  
189 projetos. A técnica Ester apresentou os valores referentes a receitas e despesas. A  
190 conselheira Fátima Menezes fez uma observação, fazendo a ressalva de que não vai  
191 votar contra, até porque já houve o gasto, porém, problematiza o fato e deseja que fique  
192 registrado, porque, recursos do PAIF, (Programa de Atenção à Família), estarem sendo



193 utilizados para fins administrativos, pagamento de pessoal e não para as famílias.  
194 Segundo a mesma conselheira, sua afirmação está amparada em comprovação  
195 pessoal. A conselheira Elzanira corrobora ressaltando que ao participar das comissões  
196 fez os mesmos questionamentos, agregando a isto a cozinha comunitária. A Presidente  
197 Ana Farias interveio para explicar que a cozinha comunitária distribui cento e vinte  
198 refeições, das quais, cinquenta são oferecidas a custo zero, correspondendo a um  
199 programa de fortalecimento nutricional por dia, com acompanhamento do  
200 desenvolvimento nutricional. As outras setenta refeições são vendidas ao preço de três  
201 reais cada refeição para trabalhadores, inclusive servidores, tanto da PCR como do  
202 IASC e do entorno das cozinhas que estão instaladas nos bairros de Afogados e  
203 Avenida Norte. Este preço vem sendo praticado há mais de oito anos, o que representa  
204 um déficit, pois o custo de cada refeição é pouco mais de sete reais e cinquenta  
205 centavos. A Presidente Ana Farias ressaltou que foi feita a compra de utensílios para  
206 esta cozinha cujos utensílios que já estavam completamente desgastados, amassados.  
207 Por fim, a mesma concordou com o questionamento da conselheira Elzanira, no que diz  
208 respeito ao Programa de segurança alimentar, que considera que precisam ser  
209 reavaliados, visto que não tem alcançado o objetivo social a que se propõe. Isto,  
210 segundo a Presidente Ana Farias, vem sendo objeto de discussão no Conselho de  
211 Segurança Alimentar. A Conselheira Elzanira reafirmou seu questionamento que diz  
212 respeito a verba que foi disponibilizada mediante convênio para implantação de  
213 diversas cozinhas comunitárias, mas que não foram implementadas. A Presidente Ana  
214 Farias respondeu que ao final da gestão passada houve a devolução de valores acima  
215 de trezentos mil reais correspondentes ao serviço que não foi viabilizado conforme o  
216 proposto, no entanto, todo desse material foi destinado às unidades do IASC que são  
217 onze no total, incluindo as duas cozinhas já referidas, visto que houve o encerramento  
218 do convênio, parte do dinheiro foi devolvido e, conforme previsto no convênio, os  
219 equipamentos adquiridos passam a pertencer ao município. A Presidente Ana Farias  
220 sugeriu que esta queixa deve ser levada ao CONSEAS, uma vez que, nem ela nem o  
221 CMAS pode responder a algo que diz respeito ao município. A conselheira Fátima  
222 Menezes reafirmou a necessidade de ser discriminado mais detalhadamente os custos  
223 da Cozinha Comunitária do IASC, inclusive detalhando se os custos correspondem a  
224 servidores concursados que se encontram lotados nas cozinhas referidas ou se inclui  
225 efetivos e terceirizados, e sugeriu convidar o CONSEAS para responder as dúvidas  
226 apresentadas. A conselheira Elzanira reafirmou que o seu questionamento é que os  
227 valores são colocados para aprovação no CMAS, porém o serviço não corresponde ao  
228 proposto. Nesse sentido a Presidente Ana Farias sugeriu que seja convidada Ana  
229 Elizabeth que é a responsável pelo Programa para esclarecer as questões atinentes a  
230 este tema. Margarida Soares informou que a reunião do CONSEAS ocorre sempre na  
231 terceira terça-feira de cada mês e que este Conselho está em processo de Pré-  
232 conferência. Com estas observações foi aprovada a Resolução nº 001/2015, *Ad*  
233 *Referendum*, referente ao Demonstrativo Sintético-Financeiro Fundo a Fundo (FAF-PE)  
234 relativo ao 3º Quadrimestre de 2014. Será baixada resolução definitiva acerca deste  
235 tema. Voltando à questão da segurança alimentar a Presidente Ana Farias registrou que  
236 considerou pertinente o questionamento da conselheira Elzanira, tendo em vista que as  
237 cozinhas comunitárias pertencem à Proteção Especial de Média Complexidade,  
238 enquanto que o IASC se destina à Alta Complexidade. Seguindo o próximo ponto de  
239 pauta que é a X Conferência Municipal de Assistência Social do Recife a Presidente  
240 Ana Farias destacou que colocou este ponto com a finalidade dar os informes acerca da



241 Conferência Nacional que já foi convocada, já tem o tema que é: “Consolidando o SUAS  
242 de vez, rumo a dois mil e vinte e seis”. Isto quer dizer, nas palavras da Presidente Ana  
243 Farias, que vamos avaliar os dez anos de SUAS e uma projeção para mais dez anos.  
244 Para a nossa Pré-conferência a Presidente Ana Farias está propondo a realização em  
245 um único dia e único local com todas as RPA's, tendo em vista os problemas  
246 observados na última conferência e a baixa adesão em outras mobilizações. A  
247 programação seguirá a mesma, ou seja, Palestra Magna seguida de debates e  
248 discussão dos temas pela manhã e à tarde ocorrerão os grupos de trabalho. Para isto o  
249 local terá que comportar todos os participantes distribuídos por RPA em salas  
250 separadas, para discussão dos conteúdos. A Presidente Ana Farias propôs a realização  
251 da Pré-conferência para o início de julho e a conferência no final, de modo que ocorra  
252 em uma escola, aproveitando o período das férias escolares. Paralelo a isto, propôs  
253 também a realização das eleições de novos conselheiros, para o mês de junho, de  
254 modo que a posse ocorra ao final da Conferência, coincidindo com o final do mandato  
255 dos conselheiros. Verificadas as datas, e vistos os prazos regulamentares, foram  
256 aprovadas as propostas. Em seguida foi criada a Comissão da Conferência que será  
257 composta por: Presidente Ana Farias, Elzanira da Silva, Paulo Domingos, Robélia,  
258 Saraiva, Jara Lins, Jaciara Santos Arruda, e Gesler West. Além dos componentes da  
259 Comissão de Conferência, irão participar como colaboradoras: Margarida Soares –  
260 GGSUAS e Laurisabel Pinheiro. A Presidente Ana Farias ressalta que as decisões para  
261 a Conferência Municipal só serão estabelecidas após as definições do CNAS. Desse  
262 modo, será baixada resolução convocando a comissão da Conferência, com a data de  
263 um de julho de dois mil e quinze prevista para a realização da Pré-conferência e a  
264 Conferência para os dias vinte e nove, trinta e trinta e um de julho de dois mil e quinze.  
265 Próxima providência é a formação da comissão para eleição que deverá ser formada  
266 por cinco componentes. Dada a dificuldade de compor esta comissão a Presidente Ana  
267 Farias externou a ocorrência na última eleição de descumprimento do Regimento  
268 Interno segundo o qual, a eleição deve ser conduzida pela sociedade civil, no entanto  
269 isto não ocorreu. A composição da Comissão de Eleição ficou assim: Ubirajara Alves de  
270 Lima, Amanda Arcanjo, Gabriella Ferreira, Jaciara Arruda e Antônio Saraiva. Ficando a  
271 Presidente Ana Farias de dar apoio caso seja solicitado. A Presidente Ana Farias  
272 chamou a atenção para a importância de se buscar agilidade para cumprimento dos  
273 prazos regimentares. O ponto de pauta número 7. Planejamento do CMAS foi exposto a  
274 seguir, sendo exposta a dificuldade de estabelecer data para este fim, levando-se em  
275 conta diversos fatores. Com o fim de realizar este planejamento foi convidada a colega  
276 Lúcia Lira, com a proposta de ser realizado durante um dia inteiro, em um hotel, onde  
277 seriam servidos o café e o almoço e com sala para vinte pessoas, de modo a garantir  
278 conforto e praticidade. Apresentadas as opções do Catamarã Eventos e do Hotel  
279 Jangadeiro este último foi o escolhido em razão do melhor preço. Também ficou  
280 estabelecida a data de dez de abril no horário das oito às dezessete horas. Ato contínuo  
281 passou-se ao último ponto de pauta que é o relato das Comissões, começando pela  
282 Comissão de Articulação Política, da qual, o relator Gesler informou que não houve  
283 reunião deste grupo. Seguindo-se a Comissão de Normas, cujo relator é o conselheiro  
284 Paulo Domingos. A Presidente Ana Farias mencionou que foram avaliadas doze  
285 entidades das quais, quatro solicitaram inscrição enquanto que oito foram resultado do  
286 monitoramento. Tendo em vista dificuldades apresentadas por algumas entidades no  
287 cumprimento das condicionalidades previstas na Resolução catorze de dois mil e  
288 catorze, por sugestão do Conselheiro Paulo Domingos, em cumprimento ao que diz a



289 mesma resolução quando aponta o caráter pedagógico das ações do CMAS, foram  
290 chamados os dirigentes das entidades para uma conversa, ensejando um prazo para  
291 adequação e ajuste de conduta. Todas os dirigentes optaram por dispor desse prazo,  
292 de modo a continuarem regularmente inscritas. Creche Menino Jesus – vai se adequar  
293 inscrevendo um projeto social de inclusão digital para mulheres; Frederico Ozanã –  
294 após o prazo para adequação não apresentou avanço; Ilha do Chié também  
295 demonstrou perspectiva de superação das dificuldades; a Art Paquera não apresentou  
296 perspectiva, assim como demonstra grande dificuldade para entender e até ensejar  
297 perspectiva de se adequar. A Conselheira Fátima Menezes propôs que se estabeleça  
298 um prazo e se envie um documento oficial onde conste o prazo e as providências a  
299 serem tomadas pelas entidades, sem as quais, o CMAS poderá suspender o registro  
300 destas entidades. Ressalta a importância de se ter documentado oficialmente, essa  
301 providência, mediante correspondência, discriminando as iniciativas feitas pela equipe  
302 técnica e Presidência do CMAS, bem como o prazo estabelecido para cumprimento das  
303 condicionalidades, tendo em as dificuldades para compreensão, inclusive com  
304 comentário de que se trata de perseguição às pequenas entidades. Com isto, continuou  
305 a Conselheira, o Conselho se resguarda e garante sua defesa. A Presidente Ana Farias  
306 deu então a palavra para que outros(as) conselheiros(as) se manifestassem. A  
307 conselheira Rosângela se posicionou se não está sendo dado tratamento diferenciado a  
308 estas entidades, visto que foram cumpridos os trâmites com os quais as demais  
309 entidades são tratadas, dando mais um prazo, além do que já ficou estabelecido, tendo  
310 em vista as visitas, conversas. A conselheira Elzanira pediu a palavra e registra a  
311 experiência da entidade que dirige, de como é longo e elástico o prazo que se dá com o  
312 fim de ensejar a adequação de uma entidade que está contrária ao que preconiza a lei,  
313 e destaca que não é só o CMAS mas também o MPPE, e não só isso, mas que em vista  
314 de mudanças na legislação, que em si mesma busca se atualizar se faz necessária uma  
315 atualização contínua das entidades de um modo geral. Ressalta ainda, a mesma  
316 conselheira, que recebeu inúmeros telefonemas da dirigente da Art Paquera e tentou  
317 instruir sobre a importância da adequação, mesmo compreendendo que apesar de fora  
318 do parâmetro, ainda assim presta um benefício a crianças em vulnerabilidade. A  
319 conselheira Elzanira Silva apoia a proposta da conselheira Fátima Menezes, ainda que  
320 já tenham sido cumpridas todas as exigências legais, do ponto de vista da equipe  
321 técnica do Conselho. A Assistente Social Flávia Pedrosa, que conduziu o  
322 monitoramento desta entidade, lembra que por ocasião do último encontro foi entregue  
323 a Mirian uma cópia da Resolução catorze de dois mil e catorze e a Resolução  
324 dezessete de dois mil e onze, que trata da questão do profissional de referência, e  
325 foram marcadas as seções referentes às adequações exigidas, tomando-se o mesmo  
326 cuidado em relação às outras dirigentes. A Presidente Ana Farias ratificou a posição da  
327 conselheira Rosângela, destacando que os trâmites foram cumpridos e os prazos foram  
328 dados e estendidos, mas o que ocorre é a dificuldade de sequer admitir que precisa se  
329 adequar. Portanto, não há como evitar que aquelas dirigentes falem mal do Conselho,  
330 porque sempre falaram e vão continuar falando. Por outro lado, ressalta que, dentro da  
331 mesma lei está previsto novo prazo, tal seja, seis meses, para que as entidades  
332 suspensas, como será o caso destas, tornem a dar início novo pedido de inscrição.  
333 Todo o processo e conversas já está devidamente documentado em diversas atas,  
334 como esta de hoje e todas as anteriores a esta. Por fim ressalta que em virtude do  
335 cadastro que foi hoje apresentado, que veio para fazer cumprir a Resolução catorze de  
336 dois mil e catorze, se está querendo saber quem efetivamente compõe a rede



337 socioassistencial. A conselheira Fátima Menezes pediu a palavra e também que se  
338 registre em ata que ela conselheira não disse em momento algum que qualquer  
339 dirigente disse a ela que estava sendo perseguida, e sim, que estão com dificuldade em  
340 contratar técnica e só possui Assistente Social e Psicóloga voluntária, mas que o  
341 Conselho não está aceitando esta voluntária e que orientou a colega a que voltasse a  
342 conversar com Ana (Presidente Ana Farias), a Miriam então falou: “mas ela (se  
343 referindo à Presidente Ana Farias) estava na conversa”. Nesse sentido defende que não  
344 podem ser feitos dois pesos e duas medidas em relação às entidades mencionadas. A  
345 Presidente Ana Farias considerou ser possível colocar em votação essa matéria que já  
346 foi amplamente discutida. As propostas são: 1. dar novo prazo de cinco dias úteis para  
347 adequação, através de documento a partir de amanhã; 2. O Pleno decidir agora pelo  
348 encerramento das inscrições. Posto em votação, explicando que se aplica a decisão  
349 para as três entidades mencionadas, a saber: Ilha do Chié, Art Paquera e Frederico  
350 Ozanã. A totalidade dos(as) votantes votou pelo envio do documento, que será  
351 entregue em mãos, protocolado, quando passará a ser contado o prazo estabelecido no  
352 documento ficará estabelecido que a não adequação, que deve ter documentação  
353 comprobatória, implicará em cancelamento da inscrição, cumprindo determinação das  
354 resoluções que serão mencionadas. Este procedimento passa a ser o parâmetro para  
355 todas as entidades. A conselheira Rosângela destaca o caráter pedagógico desta  
356 iniciativa, entendendo que haverá maior zelo das entidades sabendo que há um  
357 controle maior de uma exigência mais concreta. Passando a apresentar os pedidos de  
358 inscrição a Secretária Executiva Sílvia explanou que as quatro entidades que pediram  
359 inscrição tiveram indicação de indeferimento por não atenderem as exigências  
360 previstas. São elas: **1. Centro Espírita Ilê Palácio de Xangô**, não desenvolve atividade  
361 contínua e apresenta atividades não compatíveis com o proposto; **2. Abrigo Espírita  
362 Lar de Jesus**, não é entidade gratuita, o valor mínimo pago é R\$ 800,00(oitocentos  
363 reais), acima do permitido por lei; **3. Instituto Guararapes de Assistência – INGA** – a  
364 atividade é educação; **4. Movimento de Articulação Ambiental e Cultural** – ações  
365 pontuais, não continuadas, sem usuário definido e não desenvolve trabalho com a  
366 família. Passando ao último ponto de pauta que são os **Informes Gerais** a Presidente  
367 Ana Farias fez menção à carta-convite que tem em mãos, enviada pela Secretaria de  
368 Educação para participação na reunião ampliada para elaboração do Plano Municipal  
369 de Educação, com data prevista para o dia vinte e cinco de março de dois mil e quinze,  
370 às catorze horas, na Escola de Formação Paulo Freire, situada à Rua Real da Torre.  
371 Para participar foi indicada a companheira Elisângela. Em seguida a Presidente Ana  
372 Farias trouxe o resultado dos trabalhos da Comissão de Ética, constituída para tratar  
373 dois processos desde dois mil e catorze e que agora foram concluídos. A Presidente  
374 Ana Farias propõe que seja marcada uma data para uma reunião fechada, apenas para  
375 conselheiros(as), apenas para leitura do relatório, discussão e encaminhamento,  
376 ficando estabelecido o dia vinte e sete deste mês de março de dois mil e quinze, às  
377 nove horas para este fim, quando será dado por encerrado o assunto objeto destes  
378 processos. Nada mais havendo a tratar a Presidente Ana Farias deu por encerrada à  
379 Plenária às dezessete horas e quarenta e sete minutos, para que tudo fique  
380 devidamente documentado, eu, Sílvia Marroquim, Secretária Executiva do CMAS, redigi  
381 e digitei a presente ata, que, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Pleno do  
382 CMAS.

383